

**“MAIS QUE ISSO EU NÃO POSSO FALÁ”: NOTAS SOBRE BENZEDURAS E PARTEIRAGENS
CAIÇARA EM GUARAQUEÇABA/PR**

**"MORE THAN THAT I CAN NOT TALK": NOTES AND BENZEDURAS PARTEIRAGENS
CAIÇARA IN GUARAQUEÇABA/PR**

José Carlos Muniz

Licenciado em História

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável - UFPR Setor Litoral
muniznativofilho@yahoo.com.br

Luiz Everson da Silva

Doutor em Química

Professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial Sustentável – UFPR Setor Litoral
luiz_everson@yahoo.de

RESUMO

Este estudo aborda a sabedoria de povos tradicionais, presentes em sua oralidade, evidenciados nas práticas de benzedores e parteiras, com base em dados empíricos recolhidos por este autor, imerso em sua própria cultura, a partir de convivência familiar e comunitária em comunidades caiçaras e remanescentes quilombolas no município de Guaraqueçaba/PR. Em constante desuso, estas práticas tradicionais, de parteiras e benzedores e seus conhecimentos das ervas com uso medicinal, acabam relegados frente a avanços da própria medicina, por exemplo, predominando na perda da identidade cultural da região. Neste sentido, buscando dar visibilidade, valorização e reconhecimento destes saberes, intrínseco na relação cultura-natureza, os depoimentos individuais aqui presentes se configuram como parte da história coletiva destas populações, pois sua oralidade possibilita o oferecimento de espaço à estes detentores de conhecimentos, contribuindo também com o fortalecimento de suas identidades culturais.

Palavras-chave: Povos tradicionais. Medicina Caiçara. Benzedores. Parteiras.

ABSTRACT

This study addresses the wisdom of traditional peoples, present in his orality, evidenced in the benedictory practices and midwives, based on empirical data collected by this author, immersed in their own culture, from family and community coexistence in communities caiçaras and remnants maroons in the municipality of Guaraqueçaba/PR. In constant use, these traditional practices of midwives and benedictory and their knowledge of herbs with medicinal use end up relegated front the advances of medicine itself, for example, where the loss of cultural identity of the region. In this sense, seeking visibility, appreciation and recognition of these intrinsic knowledge in culture-nature relationship, the individual testimonials here are configured as part of the collective history of these populations, because its orality enables offering space to these holders of knowledge, also contribute to the strengthening of its cultural identities.

Keywords: Traditional peoples. Caiçara medicine. Hhealers. Midwives.

Recebido em: 21/03/2016

Aceito para publicação em: 17/08/2016

INTRODUÇÃO

Na região de Guaraqueçaba, litoral do Paraná, há registro da presença colonizadora já no século XVI, formando núcleos e povoados, e seus descendentes, hoje miscigenados, são caracterizados como populações tradicionais, sendo, Comunidades Remanescente Quilombola (Rio Verde e Batuva), populações indígenas da etnia M'byá Guarani (Kuaray Hacha e Kuaray Guata Porã), além das comunidades Caiçaras.

De acordo com Diegues (2004), o caiçara é formado pela “mescla da contribuição étnico-cultural dos indígenas, dos colonizadores portugueses e em menor grau do escravo africano” e possuem uma forma de vida “baseada em atividades de agricultura itinerante, da pequena pesca, do extrativismo vegetal e do artesanato” (DIEGUES, 2009, p. 09).

No ano de 2012, a cultura Caiçara em sua forma de expressão Fandango Caiçara foi reconhecida como Patrimônio Imaterial do Brasil (IPHAN, 2012), tendo ainda, o saber-fazer da Canoa Caiçara aguardando os trâmites do seu reconhecimento enquanto patrimônio imaterial.

Esta relação das populações tradicionais com a natureza, conforme Paes (1999) advém da “experiência, da observação e do aprendizado transmitido pelos mais velhos [...], um complexo conhecimento do mar, da mata, do rio e do mangue” (PAES, 1999, p. 14).

É de número e variedade infinita, este conhecimento empírico dos recursos naturais ou “sabença”, como descreve Bigarella (2009), sendo transmitidos “através da oralidade, entre gerações”, com utilidade medicinal pela cultura, fonte para benzedores e parteiras.

Mesmo habitando esta região há gerações, estas populações viram-na ser transformada em áreas protegidas, no final da década de 1980, com legislação baseada em correntes norte-americanas de cientistas conservacionistas-ecologistas, impactando e restringindo diretamente seus modos de vida tradicional, pois partem do princípio de que toda relação entre sociedades e natureza é degradadora e destruidora do mundo natural (DIEGUES & ARRUDA, 2001).

No presente estudo, descrevemos parte das experiências adquiridas por este autor em sua convivência familiar e comunitária nesta região, tendo, ao longo dos anos, recolhido depoimentos nas comunidades caiçaras de Barra do Arapira e Guaraqueçaba, ainda nas comunidades remanescentes de quilombo Rio Verde e Batuva, ambas no município de Guaraqueçaba.

Utilizando-se da oralidade, a partir do recolhimento de depoimentos, em determinadas comunidades e em distintas épocas, a história, é aqui entendida sob os princípios postulados por Thompson (1992), ou seja, construída em torno das pessoas e suas memórias, sendo esta – a memória -, conforme Le Goff (2004), individual, porém, ao mesmo tempo coletiva, fundamentando suas identidades.

As práticas de benzimentos e parteiragens, algumas aqui relatadas a partir de depoimentos, estão, contemporaneamente, em constante desuso, pois se confrontam com certa crise identitária, onde as tradições culturais perdem espaço frente uma cultura de massa dominante.

A história oral evidencia um reconhecimento dos saberes tradicionais, pois, conforme Le Goff (2004), “permite devolver às pessoas que fizeram e vivenciaram a história um lugar fundamental mediante suas palavras”, podendo também dar grande contribuição para o resgate da memória, pois de acordo com Thompson (1992), a memória de um pode ser a memória de muitos, possibilitando a evidência de fatos coletivos, um primeiro passo para o reconhecimento e valorização dos saberes de parteiras e benzedores na região de Guaraqueçaba.

GUARAQUEÇABA: BIODIVERSIDADE E DIVERSIDADE CULTURAL

Localizada no litoral paranaense, a região de Guaraqueçaba ocupa uma área de 2.020,090 km², apresentando baixa densidade demográfica, com 3,90 hab./km² (IBGE, 2014) e população estimada (2015) em 7.966 habitantes, divididos em 793 domicílios urbanos e 1.507 domicílios rurais (IBGE, 2014).

A região é um dos cinco ecossistemas mais notáveis do planeta, incluída (1993) na Reserva da Biosfera e reconhecida (1999) como Patrimônio Natural da Humanidade (UNESCO), pois abriga um mosaico de Unidades de Conservação que totalizam 98% de seu território, onde se concentra o maior remanescente contínuo de Floresta Atlântica.

Historicamente formada pela colonização portuguesa no século XVI, fora desbravada por aventureiros e mineradores, quando anunciada a descoberta de ouro na região, incentivando a ocupação do território e consequente fundação de pequenas vilas, despontando a região como Distrito de Paranaguá, até 1880, ano de sua emancipação política.

Sua população deriva de uma miscigenação cultural entre indígenas, colonizadores e imigrantes.

Os povos tradicionais hoje na região, configuram-se em duas comunidades indígenas da etnia Mb'yá Guarani (Kuaray Guata Porã; Kuaray Hacha) e duas Comunidades Remanescentes de Quilombo (Rio Verde e Batuva); Ainda, descendentes das tentativas de imigração europeia, como na colônia alemã em Serra Negra (1829) e suíça em Superagui (1854).

Estes povos – Quilombolas, Guaranis e Caiçaras, são grupos culturalmente diferenciados, que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL. Decreto nº. 6.040/2007).

As populações tradicionais, intimamente ligados a natureza que o cerca, cultivando suas práticas culturais de acordo e em consonância com esta, fazendo dela seu “quintal de casa”, destino em diversas situações do dia-a-dia, inclusive na utilização de seus recursos para as práticas de cura.

Nesse sentido, em pesquisa realizada na região, Lima (1996), recolheu informações de 480 “etnoespécies”, das quais, 323 plantas utilizadas na medicina popular, pertencentes a 101 famílias botânicas, com utilização de suas folhas (28,8%), suas raízes (5,5%), as plantas herbáceas (4,5%), suas cascas (3,2%), seu caule (2,7%), sua flor (2,4%) e suas sementes.

Alguns destes conhecimentos advindos desta relação cultura-natureza na Mata Atlântica e praticada pelas populações tradicionais, são foco desta pesquisa, sendo seus detentores os benzedores e parteiras com atuação e reconhecimento na região.

A BENZEDURA² CAIÇARA

O benzimento, conforme Santos (2007) e Silva (2009) (*Apud.* HOFFMANN-HOROCHOVSKI, 2012, p. 128) é “uma atividade antiga na sociedade brasileira e comumente, mas não exclusividade, praticada por mulheres [...], transmitida de geração em geração ou recebida como um “dom Divino””.

Conferido o “sagrado”, Paes (1999) sintetiza que “as benzedoras dominam outro espaço, que é do invisível [...], portanto, serve como uma espécie de intermediária entre este mundo e o outro, o do sobrenatural” (PAES, 1999, p. 18).

Estas crenças que propiciam curas para desconfortos físicos, emocionais e espirituais, de acordo com Rodrigues (2012) “são advindas de um processo sociocultural e de herança [...], imbricadas numa trama de relações e valores que adentra o universo da medicina popular, das religiões populares, aos fazeres rituais desse povo” (RODRIGUES, 2012, p. 11).

Acerca da eficácia de práticas mágicas, conforme Lévi-Staruss (1975), ao analisar o xamanismo de grupos indígenas, diz implicar na crença da magia, sendo ela apresentada sob três aspectos complementares: a crença do feiticeiro na eficácia de suas técnicas; a crença do doente no poder do próprio feiticeiro e “a confiança e as exigências da opinião coletiva, que formam à cada instante uma espécie de campo de gravitação no seio do qual se definem e se situam às relações entre o feiticeiro e aqueles que ele enfeitiça” (LÉVI-STRAUSS, 1975, p. 02).

Para Hoffmann-Horochovski (2012), além da fé do paciente, no “procedimento e no poder da benzedora, que recebeu um dom Divino”, também há a “eficácia das plantas em tratamentos terapêuticos, comprovadas pelo conhecimento científico” (HOFFMANN-HOROCHOVSKI, 2012, p. 133).

Este reconhecimento e confiança que recebem os benzedores em suas comunidades é visível em Guaraqueçaba, onde permanecem vivas na memória popular “Dona Isabelzinha” - Isabel Ferreira

²Também chamados de simpatias, orações, defumação e benzimentos; realizados por Rezadeiras, Remedieiros, Curandeiras, Costureiras de Machucadura e Rendidura.

Tereso (*In Memoriam*), na sede, e Dona Ester Nascimento³ (1906-2003), antiga moradora de Mariana, em Ilha Rasa, esta, inclusive, tendo realizado, durante sua vida, aproximadamente 800 partos e incontáveis serviços de *benção*.

No litoral paranaense, Langowski (1973), em sua análise sobre a medicina caseira afirma ser esta entremeada de superstição, simpatias, rezas e benzimentos que, “se não curavam, davam ao doente a fé, o alívio e as esperanças, forças imprescindíveis para predispor o organismo a uma reação benéfica, mobilizando as naturais defesas orgânicas” (LANGOWSKI, 1973, p. 13).

Sobre esta “medicina rústica”, como Bigarella (2009) a descreve, baseada principalmente no uso fitoterápico das espécies (chás, mezinhas, garrafadas, cataplasma, vomitórios, suadouros, purgantes, unguentos), utilizando-se de práticas mágicas, religiosas e empíricas, compreende a benzedura (reza, gestos e oração), a simpatia (práticas, gestos, palavras, transferências etc), além de uso preventivo de patuás, bentinhos, amuletos, santinhos, talismãs e o toré (adivinhação mágica, defumação e uso de ervas), bem como as promessas, romarias e novenas (BIGARELLA, 2009, p. 110).

O caiçara, conforme Queiroz (2006), pode adoecer por “excesso de amor dirigido por seus parentes ou espíritos ancestrais”. Quando advém de parentes vivos, o excesso de amor é chamado de “quebranto”; Quando a pessoa está com mau-olhado, ou seja, “recebe sentimentos negativos de outros, como inveja, cobiça ou ódio, mesmo quando eles não se expressam, isso poderia causar vários transtornos, inclusive doença” (QUEIROZ, 2006, p. 206).

Nesses casos citados, além dos benzimentos, é inseparável a figa ou o patuá⁴ com orações, além de plantas no quintal de casa, como a Comigo-ninguém-pode (*Dieffenbachia amoena*), a Arruda (*Ruta graveolens*), a Espada-de-São-Jorge (*Sansevieria trifasciata*) e o Guiné (*Petiveria alliacea L.*), pois acredita-se no potencial destas para afastar o mau olhado.

Enfermidades como *rasgadas* ou *torções*, são tratadas com um pano novo que, “ia “costurando” sobre o local machucado, ao mesmo tempo em que, rezando, dizia: “que benzo?”. O paciente respondia: “carne rasgada e nervo torto”. Para que a “cura” fosse efetiva, eram necessários três benzimentos” (BIGARELLA, 2009, p. 111).

Estas dores eram curadas também com a erva de Santa-Maria (*Chenopodium ambrosioides*), conforme relata em depoimento recolhido em 2015 José Hipólito Muniz (70 anos): “esquentava as folhas, socava e colocava sal, pra passar nas machucaduras. Se não fosse pescar, deixava amarrado na perna de um dia pra outro”.

O *cortar* os males eram usuais nos rituais de cura em certas enfermidades, pois o encontramos em Langowski (1973), também conforme depoimento recolhido com José Hipólito Muniz, quando lembrando sua avó e as rezas que esta fazia para *tirar íngua* (adenite inguinal) inflamada, informa o ritual:

se colocava o pé na cinza fria, no fogo de lenha, retirando ficava o formato do pé de quem tava com a íngua. Quem ia cortar, vinha com a faca na mão e perguntava: “o que eu corto aqui”. E o cara respondia: “íngua inflamada”. Riscando a faca no desenho do pé na cinza, dizia: “íngua inflamada eu mesmo corto”, repetindo por três vezes. E curava mesmo (JOSÉ HIPÓLITO MUNIZ, 2015).

Em casos de verminose (lombriga) ou *bichas alvoroçadas*, de fácil visualização, pois a criança fica *empalmada* (anêmica), usualmente se trata com chá das folhas de hortelã (*Menta spicata*) ou chá de dente-de-alho (*Allium sativum L.*); também a mastigação, em jejum, durante a Lua Minguante, de sementes de Mamão (*Carica papaya*); A erva utilizada como lombrigueiro para esta enfermidade é a Santa-Maria (*Chenopodium ambrosioides*) quando “esquentava e sapecava no fogo e passava na barriga”, conforme depoimento recolhido com José Hipólito Muniz (2015):

³ Ver o documentário nacional “Terra do Mar” – Dir. Eduardo Caron&Mirella Martinelli. Brasil: Bad Machine, 1998. 81min.

⁴ Dizem dar sorte, guardar ou usar em colar a pedra existente dentro da cabeça do peixe Corvina (*Micropogonias furnieri*); Também a semente da árvore Guapuruvú (*Schizolobium parahyba*) é tida como amuleto para sorte ou mesmo para ter boa memória; Alguns a utilizam como colar em crianças, evitando a inflamação antes de nascer a primeira dentição.

quando dava ataque de bichas, pois subia e tapava a respiração, chegou a matar muitas crianças. Para desembolar as bichas, passava querosene na barriga, também dava pra cheirar o querosene; Na sola do pé dava pra passar mel-de-abelha e açúcar molhado; Também meu pai [Leandro Teodoro Muniz – *In Memoriam*] fazia chá de fumo-de-corda; As vezes ele umedecia na boca, pois ele já pitava (fumava) mesmo e esfregava na barriga, chegava até a soltar a fumaça do pito (cachimbo) sobre a barriga pra acalmar as bichas; Também dava com o chifre do boi, queimava e raspava pra fazer chá pra acalmar os vermes (JOSÉ HIPÓLITO MUNIZ, 2015).

Quanto a *verruca* (tumoração benigna de pele causada pelo papiloma vírus humano HPV), cortar em três pedaços o bulbo da cebolana (*indeterminado*) e esfregar sobre a verruga, jogando o bulbo na vazante do mar, partindo, sem olhar para trás.

Nas curas de *frieiras* (micose de pele causada pelo fungo Tricophyton), eram fervidas folhas do Mangue Vermelho (*Rhizophora mangle*), até a água ficar amarela, depois colocar as folhas emboladas num pano sobre a área da enfermidade

O *cobreiro* (enfermidade de pele, marcada com manchas e bolhas, conhecida como Herpes-Zóster) é tratado com a circunscrição das palavras “Ave-Maria, Santa-Maria”, com tinta da caneta ou mesmo de carvão ao redor das manchas sobre a pele.

Em relação aos males da vista, quando da *viúvo* ou *entre-sol* (*Hordéolo* ou *Terçol*) – inflamação devido ao calor, deve-se, conforme depoimento recolhido com José Hipólito Muniz (2015), quando do pôr-do-sol, defronte deste, esfregar o dedo polegar na palma da mão, até esquentar e aplicá-lo na vista irritada, repetindo por três vezes: “sol, leva entre-sol”; Em caso de *dor-d’olho* (conjuntivite), espremer o Cipó-Caboclo (*Davilla rugosa Poir*), pingando o líquido na vista; Em qualquer outra irritação, deve-se fazer movimentos nos super-cílios, uniformes e leves, para cima e para baixo, enquanto reza: “*Santa Luzia, passai por aqui, com seus cavalinhos, comendo capim, Sangue de Cristo, pinga nos meus olhos e tira todo mal de mim. Amém*”, repetindo esta jaculatória por três vezes ao que outra pessoa lhe sopra sobre a vista irritada.

As benzeduras também serviam para afastar males do tempo, onde as preces à Santa Bárbara, também a oração “Santa Clara, clareai, São José iluminaí”, tinham a função de proteção contra raios e trovoadas, quando conjuntamente se queimava a “palma benta”, benzida no Domingo-de-Ramos, conforme o catolicismo.

Também contra a trovoadas, conforme depoimento recolhido com José Hipólito Muniz (2015)

tava se formando tempo ruim, tava roncando trovoadas, se vinha muito feia, de sudoeste, tinha que ir, em direção a trovoadas, fazendo o sinal da cruz e benzendo: “São Gregório levantou-se, seu pezinho e sua mão lavou, seu calçadinho calçou, seu caminho caminhou, encontrou com Santa Bárbara. “Onde ide São Gregório?”. “Vou levar esta trovada pro monte maligno, onde não façam mal a ninguém, amém””.

Roderjan (1981, p. 66-67), citando os trabalhos do Dr. Ribeiro Filho (1975), também Langowski (1973, p. 14-15), sobre a “medicina caseira”, como a chama, exemplifica algumas enfermidades, bem como as propriedades curativas, como reumatismo, resfriados, pressão alta, sarampo, caxumba, dor de cabeça, dor de dente, dor de barriga, febres, queimaduras, hemorragias, feridas, furúnculos, sarna, erisipela, machucadoras, laxativos, purgante, vomitório, envenenamento, dentre outras.

José Hipólito Muniz, em depoimento recolhido em 2015, dizer ser o “chá do broto da Embaúba-branca (*Cecropia hololeuca*), um excelente remédio para diabetes. Engarrafa vai tomando, num tratamento de quatro meses”, conforme aprendizado que teve dos indígenas; Afirma ainda ter controlado e diminuído sua taxa de glicose, após dois meses tomando o remédio: “Uma vez medi deu 111, dai assustei. Passei do limite. Tomei três garrafadas. Agora estes tempos fui medir, tava 70, tava baixo de tudo. Tirou mesmo o açúcar do sangue”; Já o broto da Embaúba-vermelha (*Cecropia glaziovii*), afirma, serve como xarope, utilizado na cura de bronquite.

Na comunidade de Utinga, Seu Alziro Pedro (43 anos), em depoimento recolhido no ano de 2010, ensina a utilização da banha de lagarto (*Tupinambis meriana*), como remédio para dores de ouvido,

dizendo ter curado esta enfermidade em sua própria esposa, Dona Irani, quando jogou “apenas uma gotinha no algodão e pinguei no ouvido dela”; Há quem utilize um pingo de urina nos ouvidos para desentupí-lo.

Seu Alziro guarda em casa um “Cara-de-Porco-do-Mato” - espécie de tumor que cresce no estômago do Porco-do-Mato (*Tayassu tajacu*) -, a partir das ervas ingeridas por este durante sua vida, com o qual conforme afirma Alziro, já utilizou na cura de bronquite, recomendando seu chá durante a lua minguante.

Segue na tabela abaixo, algumas plantas utilizadas na medicina caiçara, conforme depoimento recolhido com José Hipólito Muniz (2015):

Tabela 1 – Algumas plantas utilizadas na medicina caiçara

Nome popular	Nome científico	“modo de fazer” / indicação
Quebra-Pedra	<i>Phyllanthus niruri</i> L.	chá da folha e raiz / rim e bexiga.
Carqueja	<i>Baccharis trimera</i> (Less.) DC.	chá da folha / rim e estômago.
Pico-Pico	<i>Bidens pilosa</i> L.	chá / diurético e males do fígado.
Abacateiro	<i>Persea americana</i>	chá das folhas / intestinal.
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>	chá das folhas (broto) / disenteria.
Boldo	<i>Plectranthus barbatus</i> Andrews	chá da folha ou mastigação e ingestão in natura / disenteria e verminose.
Limoeiro	<i>Citrus limon</i> (L.) Burm. f.	chá das folhas ou do próprio fruto cortado em formato de cruz, adoçado com mel / gripes e resfriados.
Guaco	<i>Mikania glomerata</i> Spreng.	chá das folhas, temperado com mel / gripe e resfriado.
Capim Limão/cidró	<i>Cymbopogon citratus</i> (DC) Stapf.	problemas de pressão alta e também como calmante
Eucalipto	<i>Eucalyptus globulus</i> Labill	suador a partir das folhas em ebulição / sinusite.
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i> L.	mastigação in natura para afta;
Milho	<i>Zea mays</i> L.	cozimento do cabelo / rim e fígado.
Jurubeba	<i>Solanum paniculatum</i> L.	raiz sapecada no fogo / alocada sobre a região do fígado.
Pariparoba	<i>Pothomorphe umbellata</i>	folha sapecada no fogo / alocada sobre a região do fígado.
Confrei	<i>Symphytum officinale</i> L.	Infusão com álcool / cicatrizante.
Tanchaz	<i>Plantago major</i> L.	cataplasma das folhas / cicatrizante.
Arroeira	<i>Schinus molle</i> L.	broto para bochecho / rouquidão e garganta.
Goiapá		folha para bochecho / rouquidão e garganta.
Fortuna	<i>Kalanchoe pinnata</i> ????? <i>Bryophyllum calycinum</i> Salisb.	chá da folha, também sapecada / câncer de pele e diabetes.
Chapéu de Couro	<i>Echinodorus grandiflorus</i>	chá das folhas; Também amarrar nas pernas para dores e problemas nos ossos.
Samambaia	<i>Nephrolepis exaltata</i>	banhar-se com as folhas cozidas para dores e problemas nos ossos.
Mamona	<i>Ricinus communis</i>	folhas sapecadas e colocadas sobre a cabeça para dores.

Fonte: José Hipólito Muniz (2015).

“GARRAFADAS” E “BEBERAGENS”

Os *preparados* utilizados nas curas seguem certo ritual, característico de cada região, ou próprio daquele que o faz; Alguns em infusão das ervas no álcool ou na cachaça, outros apenas em água fervida ou também no vinho... São preparos onde se adicionam diversos ingredientes medicinais, como ervas, galhos, e raspas de tronco, dentre outros, cada qual servindo a determinada enfermidade.

Na sede, em Guaraqueçaba, Airtton Viana (*In Memoriam*), tradicionalmente, em dias anteriores à sexta-feira-santa, tratava de colher o Alecrim (*Rosmarinus Officinalis*), a Guiné (*Petiveria alliacea*), a Arruda (*Ruta graveolens*) e o Alho (*Allium sativum*), macerando-os, colocava em infusão na cachaça, bebida esta ingerida na manhã daquele dia em que os cristãos jejuam - acreditando que este *Fecha-Corpo*, como chamava, servia-lhe para retirada de mau olhado, bem como dar-lhe boa sorte por diante.

O *Amargoso*, nome que recebe na Comunidade Quilombola de Rio Verde, com suas características místicas e curativas, é sempre ingerido antes de “entrar no mato” (bem como ter sempre um dente de alho no bolso), pois imuniza, como acreditam, contra as picadas de cobra; Inclusive há diversas histórias de vítimas de Jararaca (*Bothrops jararaca*), que sem condições de procurarem auxílio médico, devido ao distanciamento da comunidade e as péssimas condições de acesso, apenas ingeriram o *amargo*, não sofrendo mal algum.

A eficácia da bebida, de acordo com o documentário “Guaraqueçaba: algumas de nossas escolas e comunidades” (2010), além da crença, depende ainda da ingestão do *limbo* - líquido oriundo da raspa do tronco de algumas árvores, seguido do benzimento e a ingestão do próprio *Amargo* [UFPR Litoral, 2010, 17:13-17:37Min].

O preparo do *Amargoso*, conforme Fundação Teatro Guaíra (2006), na comunidade de Rio Verde, ainda segue a tradição, sendo o recolhimento das raízes e ervas feito apenas na madrugada da sexta-feira-santa, antes do sol nascer e sempre retirando-as de frente para o nascente, conforme o fazia Santana Viana (1933-2009) e, nos últimos anos também o faz Dona Miquilina Viana Gonçalves e seu esposo João Gonçalves “João Folha-Seca”, de acordo com UFPR Litoral (2010).

Genésio Viana, da comunidade remanescente quilombola de Rio Verde, em depoimento recolhido no ano de 2008, lista os ingredientes no preparo do *Amargo*:

Capitium (*Siparuna guianensis Aubl*), o alho (*Allium sativum*), a Arruda (*Ruta graveolens*), raízes de Guiné (*Petiveria alliacea L.*), o Betarú (*Xanthoxylum rhoifolium*), o Capiá (*Coix lacryma-jobi*) e o Fé-de-Gozo (*Senna occidentalis*), acompanhados de raspas de Milome (*Aristolochia paulistana*, *A. triangularis*), de chifre de Veado, de espora de Arraia, do bico de Macuco, da pata de Anta e do focinho de Porco (GENÉSIO VIANA, 2008).

Note-se que, para além da crença de cura, o *Amargoso*, por exemplo, possibilita formas de interação e socialização entre os membros do grupo, conforme também analisa Hoffmann-Horochovski (2012), com as benzedoras em Matinhos.

Na comunidade remanescente de quilombo Batuva, Dona Dalziza Nardes Pontes, em depoimento recolhido no ano de 2010, produz uma *garrafada* com as seguintes ervas em infusão na pinga:

Erva-Sabiá (*Microgramma vacciniifolia*), pé de Macuco, Alho (*Allium sativum L.*), Guiné (*Petiveria alliacea L.*), Arruda (*Ruta graveolens*), Milome (*Aristolochia triangularis Cham.*), espora da Arraia. [...]. A espora da Arraia é raspada, os outros não, é só pegar ele e lavar bem lavadinho e colocar. Pé-de-Macuco com tudo as espinha, Milome também é só batido, lavadinho e posto junto, Arruda também. Tem mais uma erva, de Onça (Indeterminado), né, que é bom pra pôr na garrafada [...]. E tem aquele negócio, Erva-Cipó (*indeterminado*), também o cacho, corta um pedacinho e coloca junto também (DALZIZA NARDES PONTES, 2010).

Outras garrafadas são preparadas a base das folhas de Guaco (*Mikania glomerata Spreng*), em infusão na cachaça, temperada com mel-de-abelha, destinado à cura de gripes e resfriados, também de tosse ou a sinusite (inflamação dos seios paranasais), sendo esta também a partir da inalação sobre as folhas do eucalipto (*Eucalyptus globulus*) fervido, servindo para *frouxar o catarro*.

Destinado às parturientes eram, de acordo com Ermelina Gomes (*In Memoriam*), em depoimento recolhido em 2009, a *consertada*, a base de vinho fervido, misturado com o gengibre (*Zingiber officinale*), o maná (*Indeterminado*), o açúcar, o cravo (*Syzygium aromaticum*) e o aniz (*Pimpinella anisum*), ingerido ainda quente e, conforme Dalziza Pontes Nardes (2010) também a *garrafada*, um preparado de Pichilim (*Nectandra pichury-major Nees*), Nóz Moscada (*Myristica fragrans*), Abuto (*Chondrodendron platyphyllum*), Sene (*Senna alexandrina Mill.*), Maná e açúcar, que, além de fortificante, serve também para curar feridas.

Ao tratar de parturientes, por exemplo, a crendice começa já com o pássaro pica-pau (*Celeus Flavesceus*), pois se estiver picando o tronco de alguma árvore defronte a casa, é o sinal de gravidez na redondeza, fato também denunciado com o aparecimento, logo ao amanhecer, da *merda-da-lua* (espécie de fungo – *Indeterminado*) no terreno.

Nesse caso, a parturiente inicia algumas restrições de tarefas e tabus alimentares, não devendo alimentar-se de peixes de couro, como a arraia, por exemplo, e seu marido deve evitar a pescaria, pois, como acredita-se, durante o período de gestação da esposa, ele fica *choco*.

A PARTEIRAGEM⁵ CAIÇARA

A *parturição*, de acordo com Aires (2006, p. 44), é uma “prática tão antiga quanto o é a humanidade”, sendo aprimorado e aperfeiçoado durante milênios, transformando-se no ofício de partejar.

Esta habilidade antes de traduzir-se na simples repetição de uma prática, requer uma complexa sistematização de procedimentos e técnicas (AIRES, 2006, p. 48).

Contemporaneamente, conforme destaca Barroso (2009), o aprimoramento da medicina científica, exigindo o trabalho da obstetrícia feito por médicos, aliado a um discurso higienista, favorece a “medicalização e os “abusos excessivos” do uso de novas tecnologias”.

Estes novos valores, incorporados pelas comunidades fazem com que “as práticas das parteiras vão sendo substituídas, o parto se institucionaliza e o saber médico é legitimado em detrimento do saber da parteira, que se tornou nos centros urbanos, práticas do passado” (BARROSO, 2009, p. 05).

Apesar do significativo trabalho das parteiras, as sociedades ocidentais contemporâneas, de acordo com GUSMAN; et. al. (2015) “privilegiam o enfoque biomédico na abordagem da saúde, tendo como premissa que a racionalidade científica é o caminho válido para a construção do saber”, portanto

a relação entre o saber produzido pela ciência e os outros saberes passa a ser assombrado por uma assimetria, não só entre os saberes, mas também entre os poderes. A ciência comprova ou exclui hipóteses, mede, quantifica e chega a resultados; é o conhecimento que se produz nos meios cultos da sociedade, pelas pessoas escolarizadas, não tendo sido difícil transformar o saber em hegemonia (GUSMAN; et. al. 2015, p. 367).

Comum nos mais longínquos cantos do Brasil, onde são precários os acessos aos serviços de saúde, as parteiras ainda resistem, com seus saberes.

Conforme o Iphan (2011), os ofícios tradicionais de saúde popular são “práticas e saberes seculares passados de geração em geração”, como são as

simpatias, orações, defumação e benzimentos realizados pelos benzedores, benzedoras, rezadeiras, remedeiros, curadores, curandeiras, costureiras de machucadura e rendidura, além das parteiras e romeiros. Ao longo dos anos, essas

⁵ Utiliza-se usualmente o termo “Doula” (termo grego que significa aquela que serve a outra mulher), referindo-se à assistência prestada no período da gestação e parto.

práticas foram sendo deixadas de lado, ficando restritas à população mais idosa dos lugarejos. Se nada fosse feito, esses conhecimentos poderiam se perder em pouco tempo. Com o acesso da população às novas formas de tratamento da saúde pública por meio da medicalização, essas práticas foram sendo esquecidas, apesar de integrarem um conhecimento tão importante e tradicional (IPHAN, 2011, p. 15).

De acordo com o Ministério da Saúde (2000, p. 07), parteiras tradicionais “são mulheres maduras, analfabetas ou com baixa escolaridade” que prestam assistência ao parto domiciliar com base em saberes e práticas tradicionais, em determinada comunidade e são reconhecidas pela mesma como parteira.

Em Guaraqueçaba, numa época em que inexistia o serviço de acompanhamento às gestantes, limitado inclusive na sede, foi imprescindível a atuação das parteiras nas comunidades. Muito lembrada e, portanto, reconhecida na região pelos seus inúmeros trabalhos de partos realizados é Dona Juliany (*In Memoriam*).

DONA GENÉSIA CUNHA⁶ E OS SABERES DA PARTEIRAGEM CAIÇARA

Na comunidade de Barra do Ararapira, extremo norte do litoral paranaense, divisando com Ilha do Cardoso, em Cananéia/SP, a *parteiragem* era função de Dona Genésia Cunha (1925-2013), esposa de João Martins (*In Memoriam*), mãe de 09 filhos, detentora do conhecimento que recebera da mãe e tia, exercendo-o durante sua vida, possibilitando-a trazer à vida “70 neta de umbigo”, em referência aos partos que realizara.

Conforme relata, em depoimento recolhido no ano de 2004, sua *função* tinha início com a visita do marido da gestante, a avisá-la, marcando a possível data do parto; Uma vez sabendo dos futuros *trabalhos*, iniciava por aqueles dias os preparos dos remédios caseiros, quando, a partir de então, Dona Genésia Cunha não mais podia sair de casa em viagem, “ficava só esperando”.

Com 69 anos no momento da realização desta conversa (2004), reclamava constantemente das intempéries enfrentadas em sua *função*, pois não havia horário definido para um trabalho de parto, “as vez chegava [marido da gestante] meia noite, madrugada em casa, podia tá chuva ou vento, tinha que ir mesmo, saía de baixo de chuva, de tempo mesmo, as vez quase morria [...]. Tudo vai matando um apessoa aos poucos, né” (GENÉSIA CUNHA, 2004. Grifo do pesquisador).

Lembrando o primeiro parto que realizara, por volta de seus 30 anos de idade, ocasião em que se encontrava sozinha, Dona Genésia enfatiza, “eu não tinha medo, tinha muita fé em Deus”, sempre dedicando muito agradecimento aos bons ensinamentos que recebera da mãe e tia, por isso se orgulha em deixar claro que “graças a Deus nenhuma criança morreu na minha mão [...]. Tenho uma afilhada que dizia: “quando a senhora faz o parto alivia a dor em mim””.

No momento do pré-parto (perinatal), Dona Genésia se mantinha a sós no quarto com a parturiente: “eu não aceitava ninguém, somente eu e Deus”; quando muito era auxiliada por algum familiar da parturiente, desde que de sua confiança.

No momento do nascimento

eu usava só uma tesoura pra cortá o umbigo, mais nada. Mede três dedinhos assim no cordão [umbilical], amarra e corta; Passava dois, três dias e já cai. Eu primeiro fazia [na gestante] um banho bem forte com água e sabão virgem, sem uso. Em cróca [cócoras] era lavado as mulheria [gestantes] nas cadera [escadeira], barriga; Aí você olha no ponto pra vê que jeito tava. Depois daquele banho aí se o tempo demora muito, pegava o pano da cozinha, esquentava pra passá na barriga da mulher, aí vem a dor (GENÉSIA CUNHA, 2004. Grifos do pesquisador).

⁶ Há uma reportagem com Genésia Cunha, no Jornal Maré de Lua (Fev. 2005), disponível em <<https://www.yumpu.com/pt/document/view/13724962/jornal-mare-de-lua-fevereiro-2005-spvs/5>>; Também a entrevista aqui citada, publicado no Blog Nosso Pixirum (10.12.1999), disponível em <<http://informativo-nossopixirum.blogspot.com.br/2009/12/parteiragens-e-benzimentos-sabedorias.html>>.

Como era de costume, a *mulheria*, como Dona Genésia Cunha chamava as parturientes, deveriam, após o parto, cumprir o *resguardo* (puerpério), ou seja, ficar durante três dias no quarto, evitando a *friagem*, ou seja, “não pegava vento que eu não deixava”; Acaso a parturiente não tivesse mãe ou alguém por ela, a parteira ainda permanecia na casa por dois ou três dias, “fazia as coisas lá, cuidando da pessoa, né”.

Nesse sentido, Aires (2006), afirma o ofício de parteira constituir-se também num “gesto de solidariedade”, pois, se ocupam ainda da “alimentação e do vestuário da parturiente, como também do preparo do ambiente com os cuidados necessários, antes, durante e depois do nascimento da criança” (AIRES, 2006, p. 48).

Genésia Cunha acrescenta o fato de nunca ter cobrado pela *parteiragem*, pois não trabalhava para ganhar, acreditando que, “só Deus para pagar”, porém, “se o cara fosse me agradecer eu pegava, mas pelo serviço eu nunca fiz” (GENÉSIA CUNHA, 2004).

Após finalizado o trabalho de parto, era anunciado o gênero do recém-nascido à família, quando podiam conhecê-lo, porém, este apenas podia sair do quarto no oitavo dia – quem não o visse no primeiro, o fazia somente depois do sétimo dia - evitando assim o *amarelão* ou *quebranto* (icterícia).

Queiroz (2006, p. 205) define o *quebranto* como decorrente do amor excessivo dirigido a uma criança, ocasionando-lhe perda de forças e consequente enfraquecimento físico e doença, devendo, portanto, ser tratado com benzimentos.

Conforme Barroso (2009), “as garrafadas também fazem parte da experiência dessas mulheres, são os meios por elas utilizados para curar diversos males como “inflamação de mulher de resguardo”” (BARROSO, 2009, p. 08).

Dona Genésia Cunha utilizava nas *parteiragens* os chás de Pé-de-Galinha (*Cynodon dactylon*), de Sene (*Cassia angustifolia*), de Abuto (*Abuta selloana*), e, “as vez dava vinho quente, senão cozinhava Abuto, senão Sene, colocava um pouco de açúcar e fervia. Antigamente elas usavam pinga pra mulheria tomar, pra não fica parado, a menstruação descer certo, né” (GENÉSIA CUNHA, 2004).

Dessa forma, dos 70 partos realizados, Dona Genésia Cunha diz ter cuidado de crianças “nascida de pé, nascida de bundinha, e cuidei de criança de 02 gêmeos”, ou seja, enfrentando muitas dificuldades, mas como ressaltava “nunca tive medo, sempre tive muita coragem. Com muita fé em Deus e Graças a Deus deu tudo certo, as mulher que trabalhei”.

No trato com a *parteiragem*, Dona Genésia Cunha deixa evidente ao falar, “eu tinha minhas orações”, ou seja, uma relação de fé e devoção, pois, como acreditava, “esse tipo de serviço a gente fica muito feliz com Deus porque deve a Deus. Nada sem Deus neste mundo”, justificando, assim, nunca ter tido maiores problemas.

Neste universo, são conhecimentos da *parteiragem*, orações, simpatias e remédios (preparados caseiros), pois como afirma, “antes da criança [nascer] tem negócio, o dianteiro né; Depois tem outro, sabe, que acompanha a criança. Aquele último que é perigoso [referência ao fato de não poder puxar a placenta, aguardando ser expelida]” (GENÉSIA CUNHA, 2004. Grifo do pesquisador).

Depois de nascida a criança, se acaso a placenta, ou *companheiro*, como era denominada não fosse expelida, de acordo com Langowski (1973), fazia-se o seguinte:

a parturiente era colocada em posição de cócoras; diante dela a uma certa distância, uma pessoa segurava uma vela acesa que devia ser apagada pela parturiente com um sopro forte. Apagada a vela a parturiente dizia - "Valha-me Santa Margarida, que não estou prenha nem parida". Acendia-se novamente a vela repetindo a cerimônia por três vezes consecutivas (LANGOWISKI, 1973, p. 19).

Mesmo assumindo nunca ter pensado em ser parteira, Dona Genésia Cunha acreditava que “isso vem de Deus, quando Ele quer”, afirmando, porém, a influência da mãe e também da tia que desde cedo lhe contavam acerca da função, lhe ensinando os *pontos*; Da mesma forma, “seus segredos”, como chama os conhecimentos acerca da *parteiragem*, não conta para ninguém, somente para sua filha, dando continuidade no ciclo deste saber; Quem aprendeu o ofício com Genésia Cunha foi Valmira Pires (63 anos), da comunidade de Barra de Ararapira.

Entendendo as mudanças decorrentes dos últimos anos e o avanço da medicina que possibilitou o atendimento às gestantes por profissionais da saúde, Dona Genésia Cunha, lamentava a falta de reconhecimento de sua sabedoria, ainda assim, apesar da idade e problemas de saúde, entre eles, um braço quebrado, dizia não poder mais, apenas, “na grande necessidade, se não tem outro recurso né, daí, sô obrigada. Não pode deixar uma mulher perecer”. Conclui, dizendo: “mais que isso eu não posso falar” (GENÉSIA CUNHA, 2004).

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

São diversas as questões relevantes no condizente do conhecimento tradicional intrínseco nas *benzeduras* e *parteiragens*, acerca de seu reconhecimento, proteção e promoção, porém, são práticas que, além do desinteresse pelas novas gerações, de acordo com Hoffmann-Horochovski (2012) também “condenadas pela urbanização, a universalização da saúde, o ingresso e permanência no mercado de trabalho, o crescimento de religiões evangélicas”, todos, constituem “fatores que parecem interferir na sua continuidade”.

Mott (2002) frente a multiplicação de pesquisas (artigos, dissertações, teses, relatórios e cartilhas) sobre o tema da assistência ao parto no Brasil, analisa as produções de 1972 a 2002 feitas por pesquisadores, grupos feministas e organizações governamentais e não-governamentais das mais diferentes regiões, objetivando, dentre outros, a divulgação destes estudos, uma vez considerada a relevância do tema.

Analisando as tendências de publicações sobre o tema, Pimenta (2013) evidencia que o reconhecimento é a maior recompensa para as parteiras.

Reconhecendo o valor da biodiversidade e a importância da diversidade cultural dos saberes tradicionais para a conservação e uso sustentável, a Convenção sobre Diversidade Biológica (Tratado Internacional assinado durante a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – CNUMAD, Rio de Janeiro, 1992), levou os países a estabelecerem legislação específica para regulamentar o acesso aos recursos genéticos e conhecimentos tradicionais.

No Brasil, passou a vigorar a partir de março de 1998, com a promulgação do Decreto nº. 2.529, depois Medida Provisória 2.186-16/01, que, em seu Capítulo III, o Estado reconhece o direito das comunidades tradicionais em decidirem sobre o uso de seus conhecimentos tradicionais associados (conhecimento, inovações, e práticas das comunidades locais e populações indígenas com estilo de vida tradicionais relevantes à conservação e à utilização sustentável da diversidade biológica) e que este integra o patrimônio cultural brasileiro (AZEVEDO; MOREIRA, 2005, p. 50).

No ano de 2007, a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, em seus princípios, assegura o reconhecimento, a proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais (BRASIL, 2007).

Corroborando com o reconhecimento dos saberes e consequente valorização, foi a instituição, no dia 05 de maio, do Dia Internacional da Parteira, criado em 1991, pela Organização Mundial da Saúde; No Brasil, a Câmara dos Deputados instituiu, pela Lei nº 13.100/15, o dia 20 de janeiro como Dia da Parteira Tradicional. (BRASIL, 2008).

O Ministério da Saúde criou, no ano 2000, o Programa Trabalhando com as Parteiras, que busca “sensibilizar secretarias estaduais e municipais de Saúde e profissionais da área para desenvolverem ações de resgate, apoio e qualificação dessas mulheres” (MINISTÉRIO DA SAÚDE), estimulando a “troca entre os saberes tradicional e o técnico-científico”; Uma das ações do programa foi a publicação do Livro da Parteira Tradicional, como parte do investimento em “reconhecer e valorizar o trabalho das parteiras tradicionais com sua sabedoria capaz de perceber o caráter familiar e íntimo do nascimento incluindo o trabalho das parteiras tradicionais como elemento importante no cuidado materno e infantil” (BRASIL, 2012, p. 09).

Arelado à valorização dos conhecimentos tradicionais o Governo Federal, em 2011, lança o Programa Rede Cegonha (BRASIL, 2011), visando “ampliar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres o direito ao planejamento reprodutivo e a atenção humanizada à gravidez”, sistematizando e institucionalizando um modelo de atenção ao parto, construído com base nas experiências inclusive das parteiras.

Nesse sentido, é possível observar o crescimento da adesão da sociedade brasileira acerca da humanização do parto⁷, causa “defendida por vários grupos de mulheres”, conforme Gonçalves (2014), em estudo acerca da mobilização que deu origem a Marcha pela Humanização do Parto, estimulado, inclusive pelo Ministério da Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), através da Resolução Normativa nº. 368, anunciada em dezembro de 2015.

Pioneira iniciativa no Paraná, em 2008, o projeto “Benza Deus! Benzedoras de Curitiba: modernidade e tradição” foi contemplado no edital para Identificação e Registro do Patrimônio Imaterial; Também na rede estadual de educação já existem produções didático-pedagógicas para intervenções que valorizem os saberes das benzedoras tradicionais (BUGHAY, 2010).

Nesse mesmo sentido, conforme descrito por Silva (2012) e Almeida (2013), foi realizado em 2011 pelo Movimento Aprendiz da Sabedoria (Masa) o mapeamento das benzedoras nos municípios paranaense de Rebouças (2009) e São João do Triunfo (2012) – contemplado com o Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade (Iphan), que reconhece iniciativas de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro -, o qual originou leis municipais nos referidos municípios reconhecendo a “identidade coletiva das benzedoras, regularizando o livre acesso as plantas medicinais [...] e propondo a construção de política municipal específica de acolhimento das práticas tradicionais de cura nos sistema formal de saúde” (REDE PUXIRÃO, 2012).

Em Cananéia, o Projeto Parteiros Caiçaras, com apoio do Governo do Estado de São Paulo, registrou o levantamento das parteiras tradicionais, resgatando técnicas e saberes, registrados no livro Parteiros Caiçaras (MAGDALENA, 2011).

Ações nesse sentido sintetizam a riqueza cultural do Brasil através da valorização de seu patrimônio imaterial, intrínseco nas ações e saberes dos povos tradicionais, evidenciado, aqui, no saber produzido por benzedoras e parteiras caiçaras, saber este, em parte já utilizado pelo senso comum, outros reconhecidos pela ciência, em muitos casos, porém, alvos da biopirataria, necessitando, portanto, aliado a políticas de valorização e reconhecimento, o mapeamento, bem como a regularização de tais práticas e seus detentores.

AGRADECIMENTOS

Aos informantes de Guaraqueçaba, em 2000, Airton Viana (*In Memoriam*) e em 2009, Ermelina Gomes (*In Memoriam*); da comunidade de Barra do Arapira, em 2004, Genésia Cunha (*In Memoriam*) e José Hipólito Muniz, em 2015; da Comunidade Quilombola de Batuva, em 2010, Dalziza Nardes Pontes; da Comunidade Quilombola de Rio Verde, em 2008, Genésio Viana, Miquilina Viana Gonçalves e João Gonçalves “João Folha-Seca”, os sinceros agradecimentos por compartilharem suas sabedorias.

REFERENCIAS

AIRES, M. J. **Técnica e tecnologia do parto: a produção e apropriação do conhecimento tecnológico por parteiras tradicionais**. 2006. Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia. UTFPR, Curitiba.

ALMEIDA, D. M. **A comunicação pública e o Capital Social do Movimento Aprendiz da Sabedoria: da (in) visibilidade ao empoderamento**. 2013. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFPR, Curitiba.

AZEVEDO, C. M; MOREIRA, T. C. A proteção dos conhecimentos tradicionais associados: desafios a enfrentar. In: CUNHA, M. C. (Org.). **Patrimônio Imaterial e Biodiversidade**. Rio de Janeiro: IPHAN. Nº32, 2005. 45-61.

BARROSO, I. C. Os saberes de parteiras tradicionais e o ofício de partejar em domicílio nas áreas rurais. In: **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Nº 2. Dez. 2009. Disponível em <<http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs/article/download/34/59>>. Acesso em: 29.11.2015.

⁷ Nesse sentido ver <<http://caisdoparto.blogspot.com.br>>; também <<http://www.partonobrasil.com.br>>.

BIGARELLA, J. J. **Matinho: homem e terra... reminiscências...** .3. ed. ampl. Curitiba: Fundação Cultural de Curitiba, 2009.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040 de 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acessado em 21.11.2015.

____. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. Comissão de Legislação Participativa. **Parteiras Tradicionais: mães da pátria**. — Brasília: Câmara dos Deputados, 2008.

____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Parto e nascimento domiciliar assistido por parteiras tradicionais: o Programa Trabalhando com Parteiras Tradicionais e experiências exemplares**. Brasília: Edit. do Ministério da Saúde, 2010.

____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. **Manual prático para implementação da Rede Cegonha**. Brasília (DF): 2011.

____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. **Livro da parteira tradicional**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012.

BUGHAY, Eliane Aparecida. “Eu te benzo, eu te curo”: práticas cotidianas de benzedoras na comunidade de São Cristóvão, vozes de uma tradição. In: **O professor PDE e os desafios da escola pública paranaense**. União da Vitória: SEED, 2010.

DIEGUES, A. C. **Enciclopédia Caiçara**. V. 1. São Paulo: HUCITEC:NUPAUB:CEC/USP, 2004.

DIEGUES, A. C & ARRUDA, R. V (Orgs). **Saberes Tradicionais e Biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente; São Paulo: USP, 2001.

FUNDAÇÃO TEATRO GUAÍRA. **“Amargoso”**. Documentário do Programa Paranaização. Dir. Eduardo Sobrinho e Luciana Falcon. Curitiba: 2006. [17:57Min].

GONÇALVES, A. **Da internet as ruas: a marcha do parto em casa**. 2014. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. UFPR, Curitiba.

GUSMAN, CR; et. al. Inclusão de parteiras tradicionais no Sistema Único de Saúde no Brasil: reflexão sobre desafios. In: **Rev Panam Salud Publica**. 2015;37(4/5):365–70. Disponível em <<http://www.scielosp.org/pdf/rpsp/v37n4-5/v37n4-5a26.pdf>>. Acesso em: 28.11.2015.

HOFFMANN-HOROCHOVSKI. M. T. Velhas benzedoras. In: **Dossiê - O final da vida no século XXI**. 2012. v17. Nº2. P.126-140. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/viewFile/14025/11836>>. Acesso em: 26.11.2015.

IBGE. Paraná. Cidades. **Guaraqueçaba. Informações completas**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=410950&search=||infográficos:-informações-completas>>. Acessado em 26.12.2015.

IPHAN Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade para ações de preservação do patrimônio cultural brasileiro**. 24ª edição. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

LANGOWISKI, V. B. R. **Contribuições para o estudo dos usos e costumes do praieiro do litoral de Paranaguá**. Paranaguá: Conselho Municipal de Cultura, 1973.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2003.

LÉVI-STRAUSS, C. O feiticeiro e sua magia. In: **Antropologia Estrutural**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. 193-213. Disponível em <https://2607f6fd029a7ffce5fe493e3a880ff68a016d50.googleusercontent.com/host/0B_U9BWdq95PQT2RQVnFMMVh5TWc/Claude%20L%C3%A9vi-Strauss%20-%20O%20Feiticeiro%20e%20sua%20Magia.pdf>. Acesso em: 03.12.2015.

LIMA, R. X. **Estudos etnobotânicos em comunidades continentais da Área de Proteção Ambiental de Guaraqueçaba. Paraná. Brasil**. 1996. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia Ambiental. UFPR, Curitiba.

MAGDALENA, B. L. (Org). **Parteiras Caiçaras: relatos e retratos sobre parto e nascimento em Cananéia**. Londrina: Idealiza Gráfica & Editora, 2011.

MOTT, Maria Lúcia (org). Bibliografia comentada sobre a assistência ao parto no Brasil (1972–2002). In: **Estudos Feministas**. Florianópolis/SC. nº 2/2002. p.493-507. Disponível no site <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14973.pdf>>. Acessado em: 20.07.2016.

PAES, Sílvia Regina. Espaço de vida, espaço de morte na trajetória caiçara. In: **Caderno CERU**. Série 2, nº 10. 1999. Disponível em <<http://www.revistas.usp.br/ceru/article/viewFile/75058/78625>>. Acesso em: 27.11.2015.

PIMENTA, Déborah Giovana "et.al.". O parto realizado por parteiras: uma revisão integrativa. In: **Enfermería Global**. Nº. 30. Abril/2013. Disponível no site <http://scielo.isciii.es/pdf/eg/v12n30/pt_enfermeria2.pdf>. Acessado em 18.07.2016.

QUEIROZ, M. S. Feitiços, mau-olhado e susto: seus tratamentos e prevenções na aldeia de Icaparaiguape. In: **Enciclopédia Caiçara**. V.5: Festas, lendas e mitos caiçaras. / Antônio Carlos Diegues (org.). São Paulo: Hucitec: USP, Nupaub/CEC, 2006. 201-228.

REDE PUXIRÃO DE POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS. **Benzedeiras de Triunfo aprovam lei municipal de reconhecimento**. Publicado em 26 de março de 2012. Disponível em <<http://redepuxirao.blogspot.com.br/2012/03/benzedeiras-do-triunfo-aprovam-lei.html>>. Acesso em: 28.11.2015.

RODERJAN, R. V. **Folclore brasileiro: Paraná**. Rio de Janeiro: MEC-SEC-FUNARTE: Instituto Nacional de Folclore, 1981.

RODRIGUES, B. B. Poetas da benzeção – ramos, santos, velas e benzimentos na criação cênica. In: **Contemporâneos Revista de artes e humanidades**. Nº. 10. Maio out. 2012. Disponível em <<http://revistacontemporaneos.com.br/n10/dossie/poetas-da-benzecao.pdf>>. Acesso em: 28.11.2015.

SILVA, V. A. G. As benzedeadas tradicionais de Curitiba: identificação e análises. In: **Relegens Thréskéia estudos e pesquisa em religião**. V. 01 - n. 01 – 2012. p. 144-157. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/relegens/article/viewFile/31048/19949>>. Acesso em: 28.11.2015.

THOMPSON, P. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1992.

UFPR – Setor Litoral. COLÉGIO ESTADUAL "MARCÍLIO DIAS". "**Guaraqueçaba algumas de nossas escolas e comunidades**". Coord. Luis Rogério Oliveira da Silva. Documentário do Programa Universidade Sem Fronteiras. Projeto "Traços culturais das comunidades do litoral paranaense". Curitiba: 2010. [31:50Min].